



PREFEITURA DE  
**NOVO ORIENTE**



Processo nº 07.004/2022  
Pregão Eletrônico nº 07.004/2022  
Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL  
Impugnante: YAMAHA MOTOR DA AMOZONIA.

### DA IMPUGNAÇÃO

O Pregoeiro de Novo Oriente/CE vem responder ao pedido de impugnação do Edital nº 07.004/2022, apresentado pela empresa YAMAHA MOTOR DA AMOZONIA, com base no Art. 24, parágrafo 1º, do Decreto Federal Nº 10.024/2019 e suas posteriores alterações.

### I- DA ADMISSIBILIDADE

Admitida sua tempestividade, passamos a verificar a existência de pressupostos face à admissibilidades recursal, o que se assemelha o presente termo. O Tribunal de Contas determinou no Acórdão 2627/2013 Plenário - TCU, que:

Em sede de pregão eletrônico ou presencial, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão-somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), constituindo afronta à jurisprudência do TCU a denegação fundada em exame prévio do mérito do pedido. [No mesmo sentido Acórdão 694/2014-Plenário].



PREFEITURA DE  
**NOVO ORIENTE**



## II - DOS FATOS

Inicialmente, urge informar que o objeto da presente licitação é a "AQUISIÇÃO DE VEICULO 0 QUILÔMETROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVO ORIENTE/CE".

Alega a interessada que a exigência de Cilindrada, potência, torque, diâmetro x curso, detém o condão de restringir o caráter competitivo do certame, com base nas especificidades exigidas no anexo I - termo de referencia do Edital.

Alega também a interessada de acordo especificações do item exigido no Edital, somente a montadora da Honda atende ao Termo de Referência, solicitando informações quanto a cor da(s) Moto(s), e quanto ao endereço de entrega.

Desse modo, solicita as alterações no Edital, visando ampliar a participação com condições de igualdade.

## III - DO MÉRITO

A Administração Pública ao lançar um processo licitatório, almeja primeiramente sua finalidade. Portanto, é dever zelar por uma situação em que haja uma efetiva competitividade. Não obstante quaisquer impossibilidades relatadas no processo, após aferição de legalidade, deve ser considerada se essencial para a ampliação da competitividade.

Dessa forma, é identificada a restrição no que diz respeito aos itens apontados na inicial desta peça, que serão revistos por essa Administração.

A Lei de Licitações determina que: O processo licitatório tem como principal finalidade assegurar aos interessados igualdade de condições no fornecimento dos bens ou prestação de serviços para as entidades, assim como tornar público os atos para sociedade. Subordinam-se a esse regime, além dos órgãos da Administração Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 1º, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93).

Desta feita, o Município de Novo Oriente/CE, deseja realizar o processo licitatório dentro da legalidade, considerando ademais ampliar a competitividade, por saber que dada a simplicidade do objeto, adquirirá mais propostas, e conseqüentemente, mais vantagens.



PREFEITURA DE  
**NOVO ORIENTE**



É cediço que constatando irregularidades na licitação, pode ocorrer à anulação se o ato restringir a competição frustrando a licitação. A anulação pode ser decidida quando o procedimento licitatório possuir vício de legalidade, se inobservadas as regras contidas nos editais ou desrespeitar os postulados normativos. Pode ainda ser decretada pela própria Administração (art. 49 da Lei nº 8.666/93) conforme demonstrado que o vício presente no processo é insanável e há lesividade ao erário.

Nessa perspectiva **Marçal Justen Filho** (2012, p.785) afirma que “a prática de atos viciados produz a responsabilidade civil do Estado”. Além disso considera que inconstitucional a restrição contida no art. 49, §1º, uma vez que só haveria responsabilidade civil do Estado no caso da anulação da licitação após executado o contrato, ou seja, só perante o vencedor. Essa limitação ofende o disposto no art. 37, § 6º, da CF/88, que possui contornos amplos.

Qualquer cláusula que favoreça, limite, exclua, prejudique ou de qualquer modo fira a impessoalidade exigida do gestor público poderá recair sobre a questão da restrição de competição. Conforme o Tribunal de Contas, não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo insuprível o tratamento uniforme para situações uniformes, tendo em vista que a licitação se destina a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, como também a observância do princípio constitucional da isonomia. Acórdão 1631/2007 Plenário (Sumário).

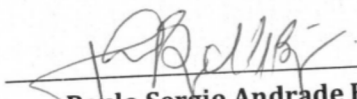
#### IV - DA DECISÃO

Diante do exposto, este Pregoeiro resolve julgar **PROCEDENTE** o pedido de impugnação aos termos do edital nº 07.004/2022, apresentado pela empresa YAMAHA MOTOR DA AMOZONIA.

Na oportunidade, decide pela publicação do novo Edital, com a consequente alteração dos itens apontados, visando ampliar a participação no certame.

O aviso de publicação será disponibilizado nos locais e meios de publicação do aviso de abertura e do edital.

Novo Oriente - CE, 23 de fevereiro de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**Paulo Sergio Andrade Bonfim**

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Novo Oriente-CE